

ORIBEL

CULTURA & INFORMAÇÃO

Abril

20
26

Clayton Silva, da superação à liderança comunitária

A FORÇA DE QUEM DECIDIU
TRANSFORMAR VIDAS



CARTA AO *Leitor*



Suellen Cicotti
Históriadora, Jornalista,
Escritora e Filantropa.
Fundadora da Oribel
ONG.

Caro leitor,

É com grande satisfação que lhe apresentamos a nossa revista gratuita **ORIBEL Cultura e Informação**, um espaço dedicado à cultura, arte, curiosidades, informação e atualidades. Nosso objetivo é estimular a leitura tornando o conhecimento acessível a todos. Acreditamos ser um direito de todos, e é com essa visão que trazemos conteúdos variados e interessantes para você.

Queremos inspirar você a explorar novos horizontes culturais e a apreciar as diferentes manifestações artísticas que enriquecem nossa vida.

Aqui, você encontrará fatos intrigantes, histórias surpreendentes e informações úteis para o seu dia a dia. Queremos despertar a sua curiosidade e incentivá-lo a aprender sempre mais.

Acompanhar as notícias nem sempre é fácil, especialmente quando os termos técnicos e políticos parecem complicados.

Por isso, nossa revista traduz as notícias da atualidade para uma linguagem mais simples, para que todos possam entender e se manter informados.

Nossa equipe trabalha com dedicação para trazer conteúdo relevante e confiável.

Gostaríamos de ser uma fonte de informação que você possa consultar com tranquilidade, sabendo que estamos comprometidos com a qualidade e a veracidade dos fatos.

Queremos que você se apaixone pelas palavras e descubra o prazer de ler.

Agradecemos por nos acompanhar e esperamos que nossa revista seja uma companhia agradável em seus momentos de leitura. Se tiver sugestões, críticas ou histórias para compartilhar, não hesite em nos escrever. Estamos aqui para você!

Com carinho,

Suellen Cicotti

EDITORIAL



Associação Oribel
Fundada em 2023
Editora : Suellen Cicotti
CNPJ :52.153.951/0001-02



Diretora de Redação :
Suellen Cicotti **Editores**
Diego Anástacio e Camila
Guerrera. **Designers:** Otto
Carvalho.

Colaboração: Suellen
Cicotti (texto), Rafael
Amadeu (texto) Diego
Anastacio (texto)
Makysiel dos Santos (texto
e imagens)

Redação e correspondência:
Rua Prof Ciridiao Buarque
75,Bloco 1 sl 73A
Vila Anglo Brasileira
São Paulo-SP
05028-000

Contato e informações :
contato@oribel.org.br
(21) 9 7286-0452

SUMÁRIO

Clayton Silva, da superação à liderança comunitária	04
Entre a sedução do crime e a força da transformação social	07
Pensão para filhos de vítimas de feminicídio: o direito à pensão e os desafios de acesso	12
Crianças adultizadas	17
Fé, ancestralidade e pertencimento	21
A nova pobreza Tem casa, celular e internet, mas falta dignidade	24
Economia verde, mas para quem? Sustentabilidade precisa incluir justiça social	29
A febre das apostas Como jogos online estão sequestrando renda, sonhos e saúde mental.	31
A CULTURA DO CANCELAMENTO	33

Realização:

Oribel
Viabilizando a Cultura

Oribel
RiW
RJ

Clayton Silva, da superação à liderança comunitária

a força de quem decidiu transformar vidas

Em territórios onde muitas vezes faltam oportunidades, surgem histórias capazes de romper ciclos, reconstruir destinos e inspirar comunidades inteiras. A trajetória de Clayton Silva, 45 anos, diretor da ONG Mulheres Valentes, é uma dessas narrativas marcadas por dor, escolhas difíceis, recomeço e compromisso genuíno com a transformação social.

Nascido em São Paulo e criado em Pirituba, no Jardim Maggi, Clayton carrega na memória a simplicidade da infância, quando brincar na rua com amigos e praticar esportes era mais do que lazer, era um espaço de liberdade e sonho. Como tantos jovens das periferias brasileiras, cresceu cercado por desafios estruturais, pela falta de acesso a oportunidades e pelas barreiras impostas pela desigualdade social.

Ainda jovem, trabalhou como pintor e também em gráfica, buscando construir uma vida digna através do esforço diário. Mas havia uma realidade cruel: trabalhava muito, o dinheiro nunca era suficiente e as perspectivas de crescimento pareciam distantes. A sensação era a de que o mês sobrava e o salário faltava.

Foi nesse contexto de vulnerabilidade econômica e ausência de horizontes concretos que, aos 20 anos, Clayton acabou sendo atraído pelo crime organizado.



E Seduzido pela falsa promessa de ascensão rápida, mergulhou em uma realidade marcada pelo glamour da ostentação, pelo dinheiro fácil e por um poder que, na prática, se revelou frágil e ilusório.

A consequência veio dura: foi preso, julgado e condenado a 11 anos de prisão.

Tudo aquilo que o tráfico parecia oferecer desapareceu rapidamente. Como quem tenta segurar água nas mãos, viu escapar patrimônio, status, relações e a própria direção da vida. O que restou foi o silêncio da reflexão e a necessidade de encarar a si mesmo. Parecia o fim.

Mas era, na verdade, o início.

O reencontro com a dignidade

Ao reconstruir a própria trajetória, Clayton voltou à sua primeira profissão, retomou a pintura e passou a buscar novos horizontes. Foi nesse processo que se aproximou ainda mais de Karine, figura já conhecida do bairro, com quem reencontrou propósito em uma reunião da ONG Mulheres Valentes, organização então presidida por ela.

Ali, Clayton encontrou mais do que acolhimento. Encontrou conhecimento.

Teve acesso a formação, informação, cultura, escuta qualificada e consciência política. Cresceu como homem, como cidadão e como liderança social. Dessa caminhada nasceu também uma união afetiva: Clayton e Karine construíram uma família e hoje compartilham a missão de lutar por direitos sociais, justiça e políticas públicas para a periferia.

Masculinidade, conscientização e combate à violência

Um dos trabalhos mais importantes coordenados por Clayton hoje é o grupo reflexivo para homens, iniciativa que promove debates mediados por psicólogos e profissionais especializados sobre machismo estrutural, violência doméstica, estereótipos de gênero e objetificação da mulher.

O objetivo é direto: reduzir o número de agressores através da conscientização.

A proposta é ensinar, dialogar e reconstruir entendimentos sociais profundamente enraizados, reforçando uma mensagem clara: violência contra a mulher é crime, e nenhuma forma de agressão pode ser naturalizada.

Além disso, por meio de ações solidárias, distribuição de cestas básicas, mobilização comunitária e atendimento social, seu trabalho já impacta mais de 300 famílias por ano.



EDIÇÃO ABRIL DE 2026





EDIÇÃO ABRIL 2026

Uma nova história escrita com coragem
A trajetória de Clayton Silva não é apenas uma história de superação individual. É a prova viva de que transformação social também nasce da experiência, da consciência e da decisão de devolver ao coletivo aquilo que a vida ensinou da forma mais dura.

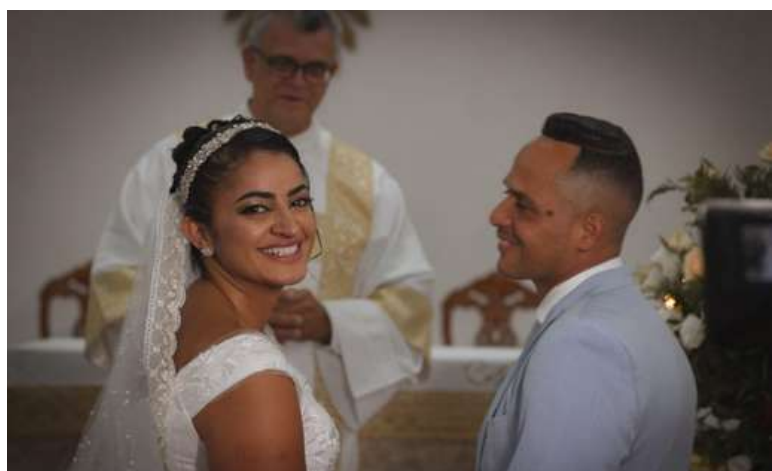
De excluído social a agente de transformação.

De sobrevivente a referência comunitária.

De passado difícil a futuro construído com propósito.

Clayton Silva representa uma verdade poderosa:

ninguém é definido pelo seu pior capítulo, mas pela coragem de escrever uma nova história.



ENTRE A SEDUÇÃO DO CRIME E A FORÇA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Quem está formando nossos adolescentes, e quais imaginários estão moldando o futuro de uma geração

Há uma disputa silenciosa acontecendo dentro da mente dos adolescentes brasileiros. Ela não ocorre apenas nas ruas, nem somente dentro das escolas ou no ambiente familiar. Essa disputa acontece, sobretudo, no campo simbólico: no que os jovens admiram, reproduzem, compartilham, consomem e desejam se tornar.

A juventude brasileira vive hoje entre dois polos profundamente opostos. De um lado, a sedução de uma estética de poder que glamouriza o crime, a violência, a ostentação vazia, a objetificação da mulher e a falsa ideia de masculinidade baseada na dominação. Do outro, a força da transformação social, construída por educadores, famílias, lideranças comunitárias, artistas, projetos sociais e homens e mulheres que acreditam que pertencimento, dignidade e consciência crítica podem mudar destinos.

No centro dessa disputa está uma pergunta urgente: quem está formando nossos adolescentes?

A resposta é complexa. Porque, em muitos casos, já não é apenas a família. Não é apenas a escola. Não é apenas a comunidade. Hoje, algoritmos, influenciadores digitais, conteúdos virais e mercados inteiros de influência ocupam um espaço poderoso na formação subjetiva da juventude.

E essa influência tem consequências reais.

Quando o crime vira estética

A criminalidade organizada compreendeu algo que muitos setores da sociedade ainda não entenderam: antes de recrutar corpos, é preciso conquistar imaginários. Nenhum jovem entra em um universo destrutivo apenas pela racionalidade.

Ele entra, muitas vezes, pela sedução simbólica.

A roupa cara.

O cordão chamativo.

O relógio de luxo.

A moto potente.

O vocabulário próprio.

Os códigos de pertencimento.

A linguagem corporal de imposição.

A narrativa do respeito conquistado pelo medo.

A imagem do homem "temido", "admirado", "desejado".

Tudo isso forma uma estética de status.



Quando símbolos ligados ao poder violento passam a circular como símbolo de sucesso, muitos adolescentes começam a associar criminalidade com conquista social. Não enxergam a prisão, a morte precoce, a paranoia constante, a ruptura familiar ou o trauma coletivo. Enxergam somente a embalagem sedutora do poder.

Em comunidades historicamente negligenciadas pelo Estado, onde faltam oportunidades concretas de ascensão, essa embalagem encontra terreno fértil. Porque todo ser humano deseja pertencimento.

Todo jovem deseja reconhecimento.
Todo adolescente quer ser visto.

A questão é: visto como o quê?

A construção do anti herói

As redes sociais aprofundaram esse fenômeno.

Plataformas digitais recompensam aquilo que provoca impacto emocional imediato: choque, ostentação, sensualização extrema, agressividade performática, polêmica e demonstrações de poder. O algoritmo não distingue ética. Ele distingue engajamento.

Quanto mais intenso o estímulo, maior a distribuição.

Isso significa que conteúdos que exibem luxo fácil, hiper masculinidade, humilhação pública, dominação simbólica e violência performática frequentemente recebem mais alcance do que mensagens educativas ou reflexivas.

Surge então a figura do anti herói contemporâneo.





Não é mais o herói clássico que vence pela coragem, inteligência ou serviço ao coletivo. É o homem que aparenta vencer pela força, pelo medo, pelo excesso, pelo consumo e pela posse.

Esse personagem se torna referência estética.

Muitos adolescentes passam a imitá-lo no vestir, no falar, na postura, no tratamento com mulheres, na relação com o corpo e na ideia de sucesso.

Quando isso se normaliza, a cultura do cuidado perde espaço para a cultura da imposição.

Meninos criados para dominar

Há um elemento central nessa discussão: a formação da masculinidade.

Muitos meninos ainda crescem ouvindo que homem não chora, não demonstra fragilidade, precisa mandar, precisa conquistar mulheres como troféus e deve provar virilidade o tempo inteiro.

Essa pedagogia informal da masculinidade produz distorções profundas.

Homens deixam de aprender a dialogar com as emoções.

Transformam vulnerabilidade em raiva.

Confundem afeto com posse.

Confundem respeito com submissão.

Confundem desejo com autorização.

Nesse cenário, a objetificação feminina encontra terreno fértil.

Quando letras, conteúdos virais, pornografia extrema e discursos cotidianos reduzem mulheres a objetos de consumo masculino, ocorre uma erosão lenta da empatia.

A mulher deixa de ser percebida como sujeito pleno.

Passa a ser tratada como conquista, símbolo de status ou extensão da validação masculina.

Isso tem impacto social grave.

A banalização do consentimento, o aumento da violência sexual, a cultura da humilhação pública e a naturalização de práticas abusivas não surgem do nada. Elas são alimentadas por repertórios culturais repetidos diariamente.

Violência não nasce apenas do impulso. Muitas vezes nasce da normalização.

**O preço da romantização da violência
Quando agressividade passa a ser vendida
como poder, o tecido social inteiro adocece.
A escola sofre.
As famílias sofrem.
As mulheres sofrem.
Os próprios homens sofrem.**

**Comunidades passam a naturalizar medo
como ordem social.**

**Crianças crescem admirando aquilo que
deveria gerar reflexão crítica.
Adolescentes passam a medir valor humano
por consumo, imposição ou capacidade de
intimidar.**

**A saúde mental coletiva se fragiliza.
O respeito vira medo.
A admiração vira submissão.
A convivência vira disputa.
Essa lógica corrói laços comunitários.
Mas há disputa, e há esperança
A boa notícia é que esse imaginário não é
incontestável.**

**Projetos sociais, educação crítica, esporte,
arte, cultura, acolhimento psicológico e
formação cidadã disputam diariamente a
mente e o coração da juventude.
É aqui que lideranças comunitárias se
tornam decisivas.**

**Além disso, ações de esporte, cultura,
leitura, profissionalização, pertencimento
comunitário e fortalecimento familiar
oferecem aos adolescentes outra narrativa
possível de identidade.
Uma narrativa em que ser forte não significa
dominar.
Significa proteger.**



Uma narrativa em que respeito não se impõe pelo medo.

Se conquista pela ética.

Uma narrativa em que sucesso não é ostentar.

É construir.

Quem forma uma geração forma o futuro

A juventude brasileira está em disputa.

Entre a sedução do crime e a força da transformação social existe uma batalha cultural acontecendo agora.

Se quisermos um futuro menos violento, mais justo e mais humano, precisamos compreender que segurança pública não começa apenas com policiamento.

Começa com formação simbólica.

Começa com pertencimento saudável.

Começa com educação emocional.

Começa com cultura.

Começa com escuta.

Começa com oportunidade real.

E começa quando a sociedade decide oferecer aos seus jovens algo mais poderoso do que a estética do medo: um projeto de vida que faça sentido.



Pensão para filhos de vítimas de feminicídio: o direito à pensão e os desafios de acesso



Rafael Amadeu
Advogado
@adv..ramadeu

O feminicídio, caracterizado como o assassinato de mulheres por razões de gênero, não deixa apenas uma vítima direta. Ele gera um impacto profundo e duradouro sobre famílias inteiras, especialmente sobre crianças e adolescentes que perdem suas mães de forma violenta. Esses jovens passam a enfrentar não só o luto, mas também uma ruptura brusca na estrutura familiar.

Em muitos casos, precisam mudar de residência, passam a viver com parentes ou até sob tutela do Estado. Além disso, há situações ainda mais delicadas em que o autor do crime é o próprio pai, o que intensifica o trauma psicológico e o desamparo social. Do ponto de vista econômico, a ausência da mãe frequentemente significa a perda de uma das principais fontes de sustento da família. Isso pode comprometer o acesso a direitos básicos como alimentação, educação e moradia, colocando essas crianças em situação de extrema vulnerabilidade.

O que é a pensão para órfãos de feminicídio? Diante dessa realidade, foi criada a Lei nº 14.717/2023, que institui uma pensão especial destinada aos filhos e dependentes menores de 18 anos de mulheres vítimas de feminicídio.

O benefício tem natureza assistencial, ou seja, não depende de contribuição prévia da vítima ao sistema previdenciário. Seu objetivo é garantir uma proteção mínima a essas crianças e adolescentes, funcionando como uma forma de amparo estatal diante da perda da mãe em circunstâncias tão graves.

A pensão corresponde a um salário mínimo mensal e busca reduzir os impactos financeiros causados pelo crime, assegurando condições básicas de sobrevivência aos beneficiários.

Mais do que um auxílio financeiro, a medida representa o reconhecimento, por parte do Estado, de que o feminicídio gera vítimas indiretas que também precisam de proteção e cuidado.

Quem tem direito ao benefício O direito à pensão não se limita apenas aos filhos biológicos da vítima. A lei adota um conceito mais amplo de família e dependência. Têm direito ao benefício filhos biológicos; filhos adotivos; filhos socioafetivos, desde que comprovada a relação de dependência.

Além disso, também podem ser beneficiários outros dependentes da vítima, como enteados, menores sob guarda ou tutela e irmãos, desde que fique comprovado que dependiam economicamente da mulher.

Outro ponto importante é que o direito se estende aos dependentes de mulheres trans vítimas de feminicídio, reforçando o caráter inclusivo da norma. Em todos os casos, é necessário demonstrar a condição de dependência econômica e atender aos critérios legais, especialmente o limite de renda familiar exigido para a concessão do benefício.

Requisitos para receber a pensão

Para ter acesso à pensão especial, é necessário cumprir alguns critérios estabelecidos em lei. O principal deles é que os beneficiários sejam menores de 18 anos na data do óbito da vítima. Outro requisito fundamental é a renda familiar: a média por pessoa deve ser igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo. Esse critério reforça o caráter assistencial do benefício, voltado às famílias em situação de vulnerabilidade.



Também é obrigatório que a criança ou adolescente esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com os dados atualizados periodicamente. Além disso, é preciso apresentar documentos que comprovem a ocorrência do feminicídio.

A lei permite diferentes formas de comprovação, como auto de prisão em flagrante; instauração ou conclusão de inquérito policial; denúncia do Ministério Público; decisão judicial. Um ponto importante é que não é necessário aguardar uma condenação definitiva: o benefício pode ser concedido com base em indícios consistentes do crime.

Regras importantes do benefício A pensão especial possui características próprias que a diferenciam de outros benefícios. Ela não pode ser acumulada com benefícios previdenciários, como pensão por morte ou aposentadorias.

Nesses casos, a família poderá optar pelo benefício mais vantajoso. Outro ponto relevante é que não há exigência de contribuição prévia da vítima ao INSS, justamente porque se trata de um benefício assistencial.

A pensão também não prevê pagamento de 13º salário e deve ser revisada a cada dois anos, para verificar se os requisitos continuam sendo atendidos, especialmente em relação à renda familiar.

Além disso, o benefício pode ser concedido mesmo que nem todos os dependentes façam o pedido ao mesmo tempo. Caso novos beneficiários sejam reconhecidos posteriormente, eles passam a receber a partir da data do requerimento.



Valor e forma de pagamento

O valor da pensão especial corresponde a um salário mínimo mensal. Quando há mais de um beneficiário, o valor é dividido igualmente entre todos.

Por exemplo, se dois filhos têm direito, cada um receberá metade do salário mínimo. O pagamento é feito mensalmente e passa a valer a partir da data do requerimento junto ao INSS, não da data do crime.

A lei também permite que a pensão seja concedida de forma provisória, desde que existam indícios suficientes de que o caso se trata de feminicídio, garantindo maior rapidez no acesso ao benefício. Como solicitar o benefício O pedido da pensão deve ser feito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), responsável por analisar e conceder o benefício. A solicitação pode ser realizada pelo site ou aplicativo “Meu INSS” ou presencialmente em uma agência.

Como os beneficiários são menores de idade, o requerimento deve ser feito por um representante legal, como responsável, tutor ou guardião. É importante destacar que o autor do crime não pode, em nenhuma hipótese, representar a criança ou administrar o benefício.

Para dar entrada no pedido, será necessário apresentar documentos pessoais da criança ou adolescente, comprovação da relação com a vítima, inscrição no CadÚnico e documentos que comprovem o feminicídio.

Famílias também podem buscar apoio em unidades de assistência social, como o CRAS, que auxiliam tanto na orientação quanto na regularização dos dados necessários.

Quando a pensão pode ser suspensa ou cancelada

Embora seja um direito importante, a pensão especial não é vitalícia e pode ser suspensa ou encerrada em algumas situações previstas em lei. O benefício será encerrado quando o beneficiário completar 18 anos ou em caso de falecimento.

Também pode ser cancelado se for constatado que a renda familiar ultrapassou o limite permitido por um período contínuo. Além disso, a falta de atualização no

Cadastro Único ou da documentação exigida pode levar à suspensão do pagamento. Caso a situação não seja regularizada dentro do prazo, o benefício pode ser definitivamente cessado. Outro ponto relevante é que, se houver decisão judicial que descaracterize o feminicídio, o direito à pensão deixa de existir.



A lei também prevê que menores envolvidos no ato infracional análogo ao feminicídio não terão direito ao benefício, salvo em situações específicas de incapacidade. Importância da medida

A criação da pensão especial representa um avanço significativo na proteção social de crianças e adolescentes que se tornam vítimas indiretas do feminicídio. Mais do que um auxílio financeiro, o benefício reconhece que essas crianças enfrentam uma situação de extrema vulnerabilidade, marcada por perdas afetivas, instabilidade familiar e dificuldades econômicas.

A medida também reforça o papel do Estado na reparação, ainda que parcial, dos danos causados pela violência de gênero. Ao garantir uma renda mínima, busca-se assegurar condições básicas de dignidade, como acesso à alimentação, educação e moradia.

Nesse sentido, a política pública dialoga diretamente com o princípio da dignidade da pessoa humana, ao tentar preservar o desenvolvimento dessas crianças mesmo diante de uma realidade tão adversa.



Desafios e limitações

Apesar dos avanços, a efetividade da pensão especial ainda enfrenta obstáculos importantes. Um dos principais desafios é a falta de informação. Muitas famílias sequer sabem da existência do benefício, o que impede que crianças que têm direito consigam acessá-lo.

Também há dificuldades burocráticas, como a necessidade de documentação e atualização constante de dados no CadÚnico, o que pode ser um entrave para famílias em situação de vulnerabilidade.

Outro ponto crítico é a subnotificação de casos de feminicídio ou a demora na caracterização formal do crime, o que pode atrasar ou dificultar a concessão da pensão.

Além disso, o valor de um salário mínimo, embora essencial, pode ser insuficiente para suprir todas as necessidades de uma criança ou adolescente, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade social.

A pensão especial para filhos de vítimas de feminicídio é uma resposta importante do Estado diante de uma das formas mais graves de violência. Embora não seja capaz de reparar a perda afetiva e emocional causada pela morte da mãe, o benefício representa um passo relevante na proteção dessas crianças e adolescentes, garantindo um mínimo de segurança financeira. Para que essa política pública cumpra seu papel de forma efetiva, no entanto, é fundamental ampliar sua divulgação, facilitar o acesso e integrá-la a outras ações de assistência social e psicológica. Dar visibilidade a esse direito é, também, uma forma de combater os efeitos do feminicídio e assegurar que suas vítimas indiretas não permaneçam invisíveis.



Crianças adultizadas

QUANDO A INFÂNCIA DEIXA DE EXISTIR CEDO DE MAIS

Há uma transformação silenciosa atravessando lares, escolas, telas e relações sociais. Ela não chega com alarde, não veste necessariamente a aparência do perigo imediato e, muitas vezes, é confundida com modernidade, liberdade de expressão ou apenas “uma fase”.

Mas seus efeitos são profundos. Estamos falando da adultização precoce da infância, um fenômeno social em que crianças passam a ser expostas, incentivadas ou pressionadas a assumir comportamentos, preocupações, linguagens, estéticas e repertórios emocionais que pertencem ao universo adulto antes do tempo.

Em outras palavras, crianças estão deixando de ser crianças cedo demais.

A infância, que historicamente deveria ser um território de imaginação, descoberta, proteção emocional, desenvolvimento gradual e construção saudável da identidade, tem sido encurtada por uma cultura que acelera tudo: a aparência, a sexualização, a performance social, a necessidade de aprovação e até a relação com o próprio corpo.

A pergunta que precisamos fazer é urgente: quem está roubando a infância das nossas crianças?

A resposta não está em um único lugar. Está em um sistema inteiro de influência.

Quando crescer vira obrigação

Hoje, muitas crianças vivem sob uma pressão silenciosa para parecerem mais velhas, mais bonitas, mais desejáveis, mais “interessantes” socialmente. Em vez de brincar de faz de conta, são estimuladas a construir imagem. Em vez de explorar o mundo com curiosidade espontânea, aprendem cedo a performar para uma audiência invisível.

Não raro, meninas e meninos passam a reproduzir expressões, poses, roupas, coreografias e discursos que sequer compreendem completamente, mas que já associam a status, aceitação e relevância social.

A infância passa a ser medida em curtidas.
Em seguidores.
Em visualizações.
Em aprovação estética.
E isso muda profundamente a forma como uma criança passa a se perceber.

A erotização precoce e a cultura da exposição
É preciso distinguir liberdade de expressão infantil de erotização precoce. Uma criança brincar de se arrumar, usar fantasia ou imitar adultos faz parte do desenvolvimento simbólico.

O problema surge quando repertórios de sensualização adulta são incorporados como linguagem normal da infância.

Isso acontece quando conteúdos voltados ao público infantil começam a reproduzir códigos de sedução, hipersexualização corporal, danças explicitamente sensuais ou discursos que colocam valor social no corpo como objeto de atenção.

Essa erotização precoce pode parecer inofensiva à primeira vista, mas traz consequências sérias: a criança aprende cedo demais que seu valor pode estar ligado à aparência, ao desejo que desperta ou à capacidade de chamar atenção visualmente.

É uma mensagem emocionalmente pesada para alguém que ainda está aprendendo quem é.
Influenciadores mirins e a infância transformada em performance.

As redes sociais criaram um novo personagem cultural: o influenciador mirim.

Existem crianças talentosas, criativas, espontâneas e inspiradoras produzindo conteúdo positivo. Mas também existe um mercado poderoso que transforma infância em produto, audiência em capital e visibilidade em meta constante.

Quando a criança passa a viver sob lógica de engajamento, ela deixa de experimentar espontaneidade plena. Passa a performar.
Sorri quando precisa.

Produz conteúdo quando talvez queira descansar.
Aprende cedo a comparar números.
Associa afeto à audiência.





E, em muitos casos, cresce sob uma pressão silenciosa para manter relevância. Isso afeta autoestima, ansiedade e construção de identidade.

Porque infância não deveria ser palco permanente. Infância precisa de bastidores, intimidade, erro, anonimato, proteção e liberdade para simplesmente existir.

Maquiagem, estética e a pressão da imagem perfeita.

Nunca se falou tanto sobre skincare, estética facial, maquiagem elaborada, corpo ideal e padrões visuais. O problema é que esse discurso, antes restrito ao universo adulto, agora alcança crianças cada vez mais cedo.

Meninas pequenas aprendem cedo demais sobre “imperfeições” que nem deveriam perceber.

Meninos começam a sentir pressão sobre corpo, aparência, performance e validação social.

O espelho deixa de ser descoberta e vira julgamento.

A autoestima infantil, que deveria ser construída em torno de afeto, pertencimento, capacidades, criatividade e vínculos, passa a ser contaminada por comparação estética.

Quando uma criança acredita que precisa “melhorar” sua aparência para merecer aceitação, algo importante já foi deslocado.

Pornografia acessada cedo: um educador silencioso e perigoso

Um dos pontos mais delicados e urgentes dessa discussão é o acesso precoce à pornografia.

Muitas crianças e adolescentes têm contato com conteúdos pornográficos antes mesmo de receber educação afetiva e sexual adequada à idade. Em alguns casos, o primeiro contato acontece por curiosidade, por pressão de colegas ou por exposição acidental em ambientes digitais sem supervisão.

O problema é que pornografia não educa sobre afeto, consentimento, respeito ou intimidade saudável. Ela frequentemente apresenta relações baseadas em performance, domínio, objetificação e distorções profundas sobre corpo e sexualidade.

Quando esse conteúdo se torna referência inicial, há impacto na construção emocional, nas expectativas sobre relacionamentos e na percepção do outro como sujeito digno de respeito.

A sexualidade humana precisa ser compreendida com responsabilidade, cuidado e educação. Não terceirizada a conteúdos violentos ou irrealistas.



O impacto invisível na autoestima

Por trás da adultização precoce existe um sofrimento muitas vezes silencioso.

Ansiedade.

Comparação constante.

Medo de rejeição.

Hipervigilância sobre aparência.

Necessidade de aprovação.

Dificuldade em sustentar identidade própria.

Sensação precoce de inadequação.

Uma criança adultizada pode parecer “madura”, “desenvolta” ou “avançada”, mas emocionalmente ainda carrega necessidades infantis de segurança, acolhimento e proteção.

Quando essas necessidades não são respeitadas, surgem rachaduras subjetivas que podem ecoar por toda a vida adulta.

Como proteger sem moralismo

Proteger a infância não significa repressão, medo ou vigilância autoritária. Também não significa demonizar tecnologia, redes sociais ou expressões culturais contemporâneas.

Significa presença consciente.

Significa diálogo.

Significa escuta.

Significa educação midiática.

Significa supervisão afetiva.

Significa ensinar criticidade, não apenas proibir.

Famílias precisam conversar sobre corpo, respeito, consentimento, exposição digital e autoestima de forma adequada à idade.

Escolas precisam incluir educação emocional, cidadania digital e formação crítica sobre mídia.

A sociedade precisa parar de tratar crianças como mini adultos.

Criança não precisa performar sensualidade.

Não precisa sustentar perfeição estética.

Não precisa viver para audiência.

Não precisa carregar pressões emocionais que pertencem ao mundo adulto.

Criança precisa brincar.

Explorar.

Imaginar.

Errar.

Ser cuidada.

Ser protegida.

Ser criança.

Porque uma sociedade que acelera demais a infância corre o risco de criar adultos profundamente feridos antes mesmo que tenham tido tempo de crescer.

Preservar a infância não é atraso cultural. É compromisso civilizatório.



Fé, ancestralidade e pertencimento

Como espiritualidade e tradição ajudam comunidades a resistir, reconstruir identidades e manter viva a dignidade coletiva

Em um mundo marcado por crises emocionais, fragmentação social, individualismo crescente e profundas desigualdades históricas, há comunidades inteiras que seguem encontrando força onde muitos não conseguem enxergar: na espiritualidade, na ancestralidade e no sentimento profundo de pertencimento.

Muito além de rituais, crenças ou práticas religiosas, a fé, em diversos territórios brasileiros, especialmente nas periferias urbanas e nas comunidades negras tradicionais, tem sido abrigo, linguagem de resistência, fonte de saúde emocional, espaço de construção identitária e instrumento silencioso de sobrevivência coletiva.

Quando o Estado falha, quando a exclusão social fere, quando a violência atravessa lares e quando a juventude enfrenta crises profundas de identidade, muitas vezes é no terreiro, na roda, na comunidade espiritual, no canto ancestral, no toque dos tambores e na sabedoria transmitida entre gerações que se reencontra aquilo que a sociedade moderna vem perdendo: sentido, vínculo e pertencimento.

Porque há algo poderoso em saber de onde se vem.

E mais poderoso ainda em compreender que ninguém caminha sozinho.

Espiritualidade como abrigo coletivo

Para muitas comunidades, a fé nunca foi apenas devoção individual. Ela sempre foi construção coletiva.

É lugar de escuta.

É acolhimento diante da dor.

É orientação nos momentos de crise.

É cuidado emocional.

É partilha.

É rede de proteção invisível, mas profundamente concreta.

Nas tradições afro brasileiras, por exemplo, a espiritualidade historicamente desempenha papel social amplo: acolhe famílias, fortalece vínculos comunitários, orienta condutas éticas, promove respeito aos mais velhos, ensina sobre equilíbrio emocional e oferece um espaço simbólico de cura que transcende o individual.

Em tempos de ansiedade coletiva, solidão digital e fragilidade emocional, esse acolhimento comunitário se torna ainda mais necessário.

Há pessoas que encontram no sagrado aquilo que não encontraram em nenhum outro espaço: escuta sem julgamento, dignidade restaurada e esperança real.

Ancestralidade: memória viva, não passado distante

Quando falamos de ancestralidade, não estamos falando apenas de história. Estamos falando de continuidade.

Estamos falando de saberes preservados.

De memória coletiva.

De valores transmitidos oralmente.

De modos de existir.

De cosmovisões que compreendem ser humano, natureza, espiritualidade e comunidade como partes inseparáveis da vida.

Nas matrizes africanas, ancestralidade é fundamento identitário.

É reconhecer que cada existência está ligada a uma corrente anterior de sabedoria, luta, afeto e resistência.

Isso tem enorme potência simbólica para juventudes negras que crescem, muitas vezes, em uma sociedade marcada por apagamento histórico, racismo estrutural e negação de referências positivas.

Conhecer a ancestralidade é romper a narrativa de vazio.

É compreender que existe legado.

Existe beleza.

Existe filosofia.

Existe ciência.

Existe espiritualidade sofisticada.

Existe herança civilizatória.

Existe pertencimento.

E pertencimento protege.

Intolerância religiosa: quando o preconceito tenta apagar memórias

Apesar de sua riqueza cultural e espiritual, tradições de matriz africana ainda enfrentam profunda intolerância religiosa no Brasil.

Terreiros são atacados.

Símbolos sagrados são demonizados.

Praticantes sofrem discriminação em escolas, ambientes de trabalho e espaços públicos.

Crianças são constrangidas por expressarem sua fé.

Famílias silenciam tradições por medo.

Esse processo de intolerância não é apenas preconceito religioso. É também apagamento cultural.

É tentativa histórica de deslegitimar saberes ancestrais negros.

Combater intolerância religiosa significa defender liberdade de crença, dignidade humana e patrimônio cultural imaterial.

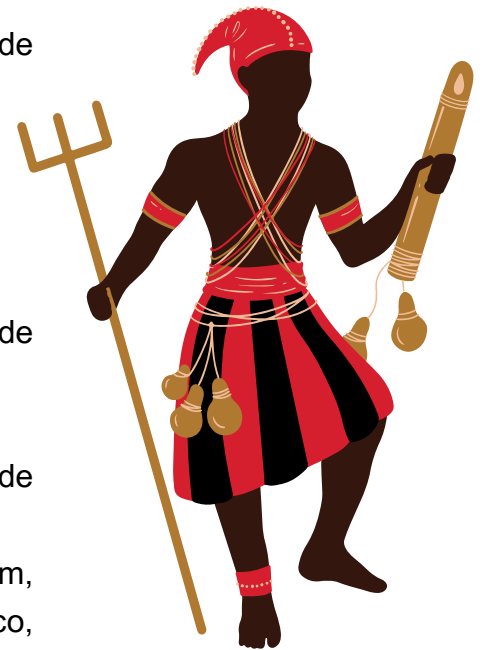
Mas significa também reconhecer que espiritualidades afro brasileiras não são caricatura, superstição ou ameaça moral.

São tradição viva.

São conhecimento.

São resistência.

São identidade.





Juventude, identidade e reencontro cultural
Muitos jovens vivem hoje uma crise silenciosa de identidade.

Estão hiper conectados, mas profundamente desconectados de si.

Consumem referências globais, mas pouco conhecem suas raízes.

Recebem informação em excesso, mas carecem de sentido.

Nesse cenário, ancestralidade pode funcionar como eixo organizador interno.

Quando a juventude encontra referências culturais profundas, histórias de resistência, símbolos de dignidade coletiva e espaços espirituais de acolhimento, constrói identidade com mais firmeza.

Jovens que sabem quem são tornam se menos vulneráveis à sedução de pertencimentos destrutivos.

Porque pertencimento saudável disputa espaço com pertencimento tóxico.

Onde há comunidade, memória e propósito, há mais proteção simbólica contra violência, radicalização e vazio existencial.

Fé como proteção emocional

Há uma dimensão da espiritualidade que a ciência contemporânea começa a reconhecer com mais atenção: seu impacto positivo sobre saúde emocional, senso de propósito e resiliência psicológica.

A fé pode fortalecer esperança.

Pode reduzir sensação de isolamento.

Pode ampliar sentido de vida.

Pode oferecer recursos emocionais diante do luto, trauma e sofrimento.

Pode organizar afetos.

Pode sustentar dignidade mesmo em contextos adversos.

Quando somada ao acolhimento comunitário, à cultura ancestral e ao cuidado coletivo, torna se ferramenta poderosa de resistência emocional.

Não substitui políticas públicas.

Não substitui saúde mental profissional.

Mas pode ser aliada importante no fortalecimento subjetivo de indivíduos e comunidades.

Resistir também é lembrar quem somos

Em tempos de apagamento, lembrar é um ato político.

Em tempos de intolerância, celebrar tradições é resistência.

Em tempos de vazio existencial, cultivar espiritualidade pode ser reencontro.

Em tempos de fragmentação social, pertencimento pode ser cura.

Fé, ancestralidade e tradição não são apenas heranças culturais.

São tecnologias humanas profundas de sobrevivência coletiva.

São caminhos de dignidade.

São linguagem de afeto comunitário.

São ponte entre passado, presente e futuro.

E talvez sejam também uma das respostas mais poderosas para uma pergunta urgente do nosso tempo: como seguimos de pé diante de tantas tentativas de nos fragmentar?

A resposta, para muitas comunidades, continua ecoando há séculos:

seguimos de pé porque não caminhamos sozinhos.

Caminhamos com quem veio antes, com quem está ao lado e com a esperança de quem ainda virá.

A nova pobreza Tem casa, celular e internet, mas falta dignidade



Durante muito tempo, a imagem da pobreza no imaginário coletivo foi retratada de forma simplificada: ausência total de bens materiais, moradias precárias, fome explícita, roupas gastas, ruas sem infraestrutura e extrema carência visível. Era uma pobreza facilmente identificável aos olhos.

Hoje, porém, existe uma outra face da vulnerabilidade social, mais silenciosa, mais complexa e muitas vezes invisível aos números frios e às aparências cotidianas. É a pobreza contemporânea, aquela que não necessariamente aparece na superfície, mas corrói a dignidade no cotidiano.

É a família que tem geladeira, mas não consegue enchê-la.

É a casa que tem internet, mas falta alimento de qualidade.

É o trabalhador que acorda cedo todos os dias, trabalha muito e, ainda assim, termina o mês endividado.

É a mãe que sorri para os filhos enquanto corta da própria alimentação para garantir o prato deles.

É o jovem conectado ao mundo digital, mas sem acesso real a oportunidades concretas.

É a casa com televisão ligada e o coração carregado de ansiedade, medo e exaustão.

A nova pobreza não é apenas falta de consumo.

É falta de estabilidade, de segurança emocional, de perspectiva e de dignidade plena.

A fome mudou de rosto, mas continua presente. A insegurança alimentar no Brasil nem sempre se manifesta como ausência absoluta de comida. Muitas vezes ela aparece de forma mais silenciosa: alimentação insuficiente, monotonia nutricional, baixa qualidade alimentar e constante preocupação com o próximo prato.

Famílias substituem proteínas por carboidratos baratos.

Reduzem frutas, verduras e alimentos frescos.

Pulam refeições.

Comparam o que sustenta, não necessariamente o que nutre.

Vivem em estado permanente de cálculo: o que dá para comprar hoje, o que precisa esperar, o que será cortado do orçamento.

A fome contemporânea muitas vezes veste normalidade.

Mas ela segue produzindo adoecimento físico, emocional e cognitivo.

Crianças aprendem pior quando estão mal alimentadas.

Adultos adoecem mais.

O humor piora.

O estresse aumenta.

A sensação constante de escassez modifica toda a dinâmica familiar.

Trabalhar muito e continuar pobre

Existe uma crença perigosa de que pobreza é sempre resultado de falta de esforço. A realidade mostra o contrário.

Milhões de brasileiros trabalham intensamente e continuam presos em vulnerabilidade econômica.

Motoristas de aplicativo.

Entregadores.

Vendedores ambulantes.

Diaristas.

Autônomos.



EDIÇÃO ABRIL 2026

Prestadores de serviço sem garantia trabalhista.

Microempreendedores sufocados por custos.

A informalidade virou estratégia de sobrevivência para grande parte da população.

Ela oferece renda imediata, mas raramente oferece estabilidade.

Não há segurança. Não há férias. Não há proteção social suficiente. Não há previsibilidade.

Há apenas esforço contínuo tentando acompanhar um custo de vida que sobe mais rápido que a renda.

A consequência é um cansaço estrutural.

Uma exaustão que não é apenas física, mas existencial.



Se a pobreza tem rosto no Brasil, muitas vezes ela tem rosto de mulher. Especialmente de mães solo.

São mulheres que sustentam casas sozinhas, equilibrando trabalho, cuidado com filhos, alimentação, escola, saúde emocional da família e contas acumuladas. Vivem sob sobrecarga extrema. Muitas abrem mão de sonhos pessoais. Dormem pouco.

Carregam culpa constante. Sentem medo do futuro. Precisam ser fortes quando, por dentro, muitas vezes estão emocionalmente exaustas. Ainda assim seguem. A sociedade frequentemente romantiza essa força, mas pouco discute o quanto ela nasce da necessidade, não da escolha. Resiliência feminina não pode ser desculpa para abandono estrutural.

Há famílias inteiras trabalhando apenas para continuar existindo. O aluguel consome grande parte da renda. A conta de luz pesa. A água pesa. O transporte pesa. A alimentação pesa. O material escolar pesa. Tudo pesa. Sobra pouco ou nada para lazer, descanso, cultura, qualificação profissional ou construção de patrimônio. Muitas famílias vivem em permanente estado de emergência financeira. Qualquer imprevisto, uma doença, um remédio caro, um conserto urgente, pode desmontar completamente o orçamento. Essa fragilidade produz medo constante. E viver com medo constante também é forma de pobreza.

Saúde mental também é questão econômica

A pobreza contemporânea adoece emocionalmente.

Ansiedade.

Insônia.

Depressão.

Irritabilidade.

Sensação de fracasso.

Vergonha social.

Burnout da sobrevivência.

Culpa parental.

Exaustão psíquica.

A luta diária por estabilidade econômica consome energia mental enorme.

Pessoas deixam de sonhar porque estão ocupadas demais tentando sobreviver.

Famílias deixam de planejar futuro porque vivem apagando incêndios financeiros no presente.

A mente entra em modo de urgência permanente.

E urgência constante desgasta a alma.

A desigualdade invisível

Talvez a maior crueldade da nova pobreza seja sua invisibilidade.

Quem olha de fora vê celular, televisão, internet, roupa limpa e imagina conforto.

Mas não vê:

a geladeira vazia no fim do mês

o boleto acumulado

o remédio que deixou de ser comprado

a mãe chorando escondido

o pai desempregado em silêncio

o jovem desistindo de estudar para ajudar em casa

a criança convivendo com tensão financeira cotidiana

a dignidade sendo corroída lentamente

Existe conectividade.

Mas falta oportunidade.

Existe consumo mínimo.

Mas falta estabilidade.

Existe aparência de normalidade.

Mas falta paz.





Dignidade não é luxo

Combater a nova pobreza exige ampliar nossa compreensão sobre vulnerabilidade social.

Não basta medir apenas renda. É preciso olhar para qualidade de vida.

Saúde mental.

Tempo.

Moradia digna.

Segurança alimentar.

Proteção social.

Perspectiva de futuro.

Pertencimento comunitário.

Acesso à cultura.

Possibilidade de descanso.

Direito de sonhar.

Porque dignidade não é privilégio.

Não é luxo.

Não é recompensa.

É direito humano.

E uma sociedade que naturaliza a sobrevivência exausta como modo de vida precisa urgentemente rever aquilo que chama de progresso.

Afinal, não basta existir conectado ao mundo se, por dentro de casa, falta tranquilidade para viver com dignidade.

Economia verde, mas para quem? Sustentabilidade precisa incluir justiça social

EDIÇÃO ABRIL 2026

Quando se fala em sustentabilidade, muitas imagens vêm à mente: carros elétricos, painéis solares, prédios inteligentes, embalagens biodegradáveis e grandes empresas anunciando metas ambientais. Mas há uma pergunta fundamental que precisa ser feita: quem está sendo incluído nessa transição verde?

Se a economia sustentável beneficiar apenas quem já tem acesso a crédito, tecnologia e infraestrutura, ela corre o risco de se tornar mais um capítulo da desigualdade brasileira. Porque proteger o planeta sem enfrentar injustiças sociais é construir um futuro verde para poucos.

Empregos verdes precisam chegar às periferias
A chamada economia verde já movimentou áreas como reciclagem, energia limpa, construção sustentável, agroecologia, mobilidade elétrica e gestão ambiental. São setores com potencial real de geração de renda.

Mas para que essa oportunidade seja democrática, é preciso investir em formação profissional acessível.

Exemplo: cursos gratuitos de instalação de placas solares para jovens periféricos podem abrir portas para um mercado em expansão.

Formação em compostagem, hortas urbanas, reciclagem criativa e manutenção de sistemas sustentáveis também pode gerar renda local e fortalecer comunidades.

Economia verde não pode ser apenas inovação tecnológica. Precisa ser inclusão produtiva.

Periferia sustentável já existe, mas recebe pouco investimento

Muitas soluções ambientais já nascem nas comunidades.

Hortas comunitárias transformam terrenos vazios em produção de alimento saudável.

Cooperativas de reciclagem reduzem resíduos e geram sustento.

Mulheres lideram quintais produtivos, bioinsumos, alimentação saudável e educação ambiental.

Coletivos jovens criam moda circular, reaproveitamento de materiais e empreendedorismo consciente.

Ou seja: a periferia não é apenas vítima da crise climática. Ela também produz soluções.

O problema é que muitas dessas iniciativas sobrevivem com poucos recursos, pouca visibilidade e baixo apoio institucional.

Energia solar popular pode reduzir desigualdade

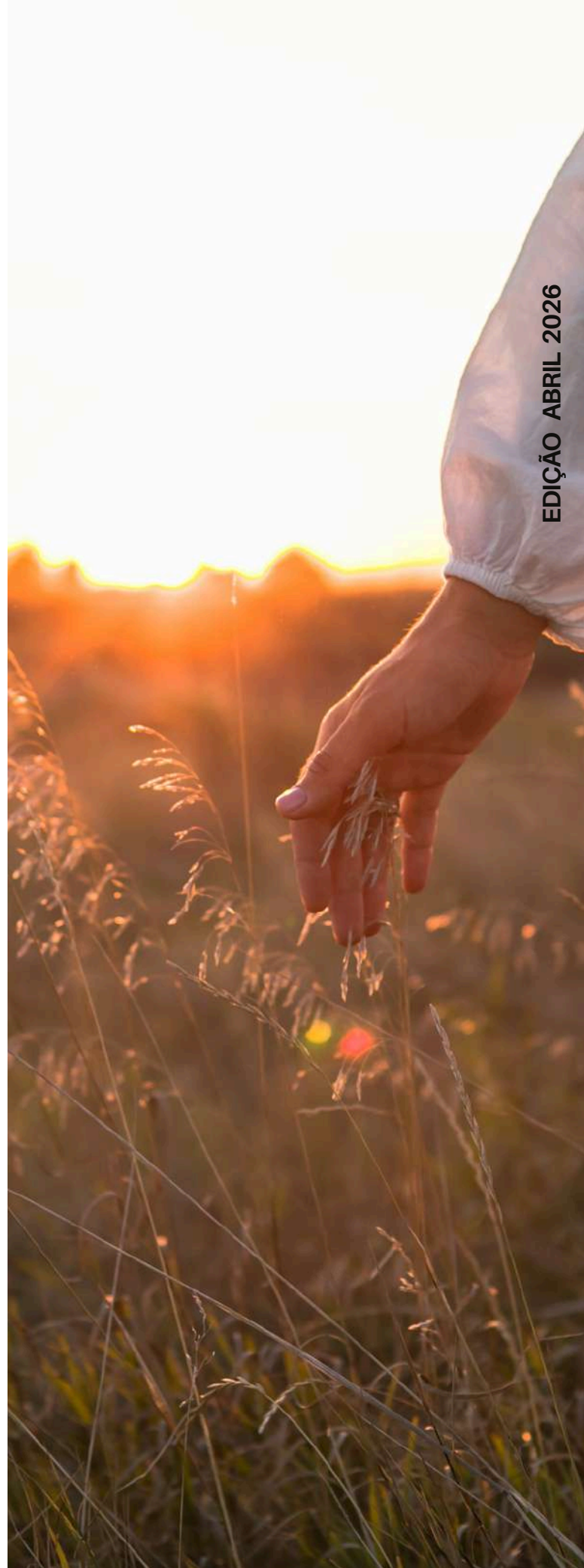
Energia limpa ainda é vista como privilégio. Mas imagine conjuntos habitacionais com painéis solares comunitários, reduzindo a conta de luz de centenas de famílias. Imagine escolas públicas abastecidas por energia solar e usando a economia para investir em educação. Imagine pequenos empreendedores diminuindo custos fixos e aumentando renda.

Isso é sustentabilidade com impacto social direto.

Energia verde precisa deixar de ser artigo de luxo e se tornar política pública.

Mulheres negras na linha de frente ambiental
Grande parte das lideranças ambientais de base no Brasil tem rosto feminino e negro. São mulheres que cuidam de hortas urbanas, organizam mutirões, lideram projetos de alimentação saudável, preservam saberes ancestrais sobre ervas e plantio e mobilizam comunidades inteiras em torno do cuidado com a terra.

Essas lideranças unem sustentabilidade, ancestralidade e justiça social. Investir nessas mulheres é investir em soluções reais, comunitárias e duradouras. Não existe futuro verde verdadeiro se a conta continuar sendo paga pelos mais pobres. Uma economia sustentável precisa garantir emprego, renda, acesso à energia limpa, moradia digna, transporte de qualidade e protagonismo popular. A pergunta não é apenas como salvar o planeta. A pergunta é: quem vai caminhar nesse futuro? Porque sustentabilidade de verdade precisa caber no prato, no bolso e na vida de todos.



A febre das apostas Como jogos online estão sequestrando renda, sonhos e saúde mental.

EDIÇÃO ABRIL 2026

Em poucos anos, as apostas online deixaram de ser um entretenimento de nicho para se tornar um fenômeno social de massa. Estão nas propagandas, nas redes sociais, nos uniformes de times, nos anúncios com celebridades e influenciadores e, principalmente, na rotina de milhões de brasileiros. O discurso é sedutor: ganho rápido, emoção imediata e a promessa de mudar de vida com poucos cliques.

Mas por trás da aparência moderna e divertida das chamadas bets, cresce um problema silencioso que já impacta famílias inteiras: endividamento, compulsão, ansiedade e ruptura financeira dentro de casa.

O sonho do dinheiro fácil

A lógica das apostas é simples e poderosa: convencer o usuário de que ele está sempre perto de ganhar. Uma aposta perdida parece apenas um passo antes da vitória. Um pequeno prêmio reforça a sensação de controle. O cérebro interpreta aquilo como recompensa e passa a desejar repetir a experiência.

É aí que mora o risco.

O que começa como lazer pode rapidamente virar hábito. O hábito pode virar necessidade. E a necessidade pode virar dependência.

Muitos jovens, especialmente em contextos de dificuldade econômica, enxergam nas apostas uma alternativa rápida para conseguir dinheiro. Apostam para pagar contas, ajudar a família, comprar algo desejado ou simplesmente sentir que têm uma chance real de ascensão.

Mas, na prática, a lógica da aposta é estruturada para manter o jogador voltando, não necessariamente ganhando.

Jovens em vulnerabilidade

A juventude tem sido um dos públicos mais impactados. Crescendo em uma cultura digital imediatista, muitos jovens já estão acostumados à lógica da recompensa instantânea: curtidas, vídeos curtos, consumo rápido e estímulos constantes.

As apostas entram nesse cenário como mais uma forma de dopamina rápida.

Além disso, influenciadores digitais mostram ganhos, comemoram vitórias e vendem a ideia de que apostar é inteligente, moderno e lucrativo. Raramente mostram perdas acumuladas, dívidas ou sofrimento emocional.

Essa narrativa cria ilusão.

E ilusão custa caro.

Quando a conta chega para toda a família
O vício em apostas não afeta apenas quem joga.
Afeta a casa inteira.
Dinheiro reservado para alimentação vira aposta.
Contas deixam de ser pagas... Cartões
estouram... Empréstimos aparecem... Mentiras
começam... Conflitos familiares aumentam... A vergonha
cresce.

Em muitos lares, o problema só é descoberto quando a
situação financeira já está profundamente comprometida.
Um vício silencioso. Diferente de outros vícios, o jogo
online pode ser escondido facilmente. Está no celular,
acessível a qualquer hora, silencioso, discreto e sempre
disponível.

Isso facilita a compulsão. O apostador promete parar,
mas volta. Tenta recuperar perdas, perde mais.
Entra no ciclo conhecido como “perseguição do prejuízo”:
apostar mais para recuperar o que perdeu, aumentando
ainda mais o rombo financeiro e emocional.

Não é apenas falta de controle.
Em muitos casos, é um transtorno comportamental real,
que precisa de acolhimento, tratamento e suporte
psicológico.

Regulação e prevenção
O avanço das apostas exige debate público sério.
É necessário discutir publicidade responsável, proteção a
menores, limites de exposição, mecanismos de alerta
para comportamento compulsivo e educação financeira
nas escolas.

Também é fundamental falar sobre saúde mental.
Porque por trás da aposta compulsiva muitas vezes
existe ansiedade, frustração econômica, sensação de
impotência ou busca desesperada por saída rápida.
Mais do que dinheiro, estão em jogo vidas
A febre das apostas não sequestra apenas renda.
Sequestra tempo... Sequestra tranquilidade... Sequestra
relações... Sequestra sonhos.

E, em muitos casos, sequestra a esperança.
A grande pergunta que fica é: estamos diante de
entretenimento digital ou de uma nova crise silenciosa de
saúde pública?

O Brasil precisa responder rápido.
Porque enquanto a roleta gira, muitas famílias estão
perdendo muito mais do que dinheiro.



A CULTURA DO CANCELAMENTO

ESTAMOS DESAPRENDENDO A DIALOGAR?

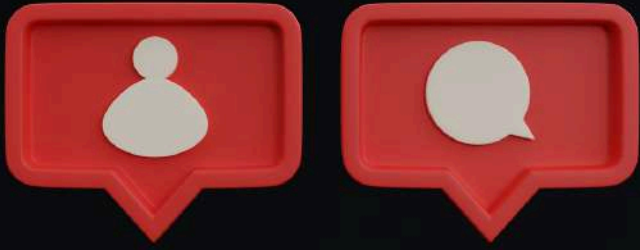
Vivemos em uma era em que nunca foi tão fácil falar, opinar, reagir e se posicionar publicamente. Um comentário feito em segundos pode alcançar milhares de pessoas. Uma frase retirada de contexto pode incendiar debates nacionais. Um erro, uma opinião controversa, uma fala mal formulada ou até mesmo um posicionamento antigo resgatado do passado podem desencadear uma avalanche de julgamentos coletivos. Na velocidade de um clique, a internet transforma pessoas comuns, artistas, influenciadores, políticos e instituições em alvos de um novo fenômeno social: o tribunal permanente das redes.

A chamada cultura do cancelamento tornou-se uma das marcas do nosso tempo. Para alguns, ela representa uma ferramenta de responsabilização pública, capaz de expor comportamentos violentos, discursos discriminatórios e práticas historicamente naturalizadas. Para outros, tornou-se um mecanismo de punição desproporcional, humilhação pública e linchamento digital, muitas vezes sem espaço para contexto, aprendizado ou reparação.

Entre justiça social e intolerância moral, existe uma linha tênue que nossa sociedade ainda não aprendeu a atravessar com maturidade.

E talvez a pergunta mais urgente não seja apenas quem está sendo cancelado, mas o que a cultura do cancelamento revela sobre nós mesmos.





Outro combustível da cultura do cancelamento é a polarização extrema. Estamos vivendo um tempo em que divergência tem sido confundida com hostilidade moral. Quem pensa diferente deixa de ser visto como interlocutor e passa a ser percebido como inimigo. As nuances desaparecem. As conversas ficam binárias. Ou se está totalmente a favor. Ou totalmente contra. Ou é aliado absoluto. Ou é alvo. Essa lógica empobrece o debate público. Sociedades democráticas amadurecem no confronto respeitoso de ideias, não na eliminação simbólica do outro. Discordar precisa voltar a ser parte saudável da convivência social.

Existe um efeito silencioso e crescente: o medo. Muitas pessoas já não têm receio apenas de falar algo inadequado. Têm medo de serem mal interpretadas, expostas ou permanentemente rotuladas. Isso produz autocensura. Produz ansiedade social. Produz silêncio estratégico. Produz conversas artificiais. Em vez de ambientes de aprendizado, criamos ambientes de vigilância moral. Mas ninguém amadurece sem possibilidade de erro. Ninguém aprende sem escuta. Ninguém evolui sem confronto honesto com as próprias limitações. Uma sociedade que exige perfeição instantânea pode acabar inviabilizando transformação genuína.



Bolhas ideológicas: ouvimos apenas quem confirma o que pensamos

As redes também criaram bolhas de pensamento. Algoritmos tendem a nos mostrar conteúdos alinhados às nossas crenças. Seguimos quem concorda conosco. Compartilhamos visões semelhantes. Consumimos versões de mundo que reforçam nossa identidade.



O antídoto para a cultura do cancelamento não é permissividade com injustiças nem silêncio diante de violências reais. É maturidade democrática.

Precisamos reaprender a conviver.

Ensinar pensamento crítico sem desumanização.

Promover responsabilização com possibilidade de reparação.

Diferenciar erro de padrão sistemático de violência.

Valorizar contexto sem relativizar danos.

Construir cultura de diálogo sem abrir mão da ética.

Isso começa em casa, nas escolas, nas universidades, nos espaços comunitários e também nas plataformas digitais.

Precisamos formar cidadãos capazes de sustentar conversas difíceis sem transformar toda divergência em guerra moral.

Talvez o maior desafio contemporâneo não seja aprender a falar, mas aprender a escutar sem destruir.

Aprender a confrontar sem humilhar.

Aprender a discordar sem desumanizar.

Aprender a responsabilizar sem transformar justiça em espetáculo.

Porque, se continuarmos substituindo diálogo por condenação instantânea, corremos o risco de construir uma sociedade barulhenta, indignada e profundamente incapaz de convivência.

E nenhuma democracia sobrevive sem convivência.

No fim, a pergunta que fica é menos sobre quem está sendo cancelado e mais sobre quem estamos nos tornando.

Uma sociedade que cancela o outro a cada erro talvez esteja, silenciosamente, cancelando a própria capacidade de dialogar.





A Associação Oribel é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que atua em âmbito nacional, criada em 2023 com o objetivo de fortalecer e viabilizar iniciativas e organizações sociais, culturais e ambientais que não possuem formalização jurídica, porém contam com ideias e projetos inovadores e que fazem a diferença na vida das pessoas e nas comunidades em que atuam.

Buscamos Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos e democracia. Acreditamos que, por meio de nossas ações, podemos fazer a diferença na vida de muitas pessoas e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Visamos viabilizar projetos que prestam assistência integral à criança e ao adolescente, ao idoso, às pessoas com deficiência, às mulheres, às pessoas negras e à população LGBTQIA+, sem distinção alguma de raça, cor, condição social, credo político ou religioso, visando a integração familiar e social dos assistidos.


Atuar na defesa e promoção da livre orientação sexual e da livre identidade de expressão e gênero das pessoas LGBTQIA+, colaborando com organizações do setor privado, público e do terceiro setor na criação de projetos alinhados às políticas públicas de incentivo a manifestações culturais.


Promovemos a inserção no mercado de trabalho, medidas de atendimentos humanizados, medidas de segurança pública e medidas de saúde pública desta população.


Trabalhamos formando parcerias e alianças com estas organizações, possibilitando a estruturação de seus projetos e ideias com o intuito de viabilizar a captação de recursos financeiros através de programas governamentais e leis de incentivo, bem como conectando pessoas físicas e jurídicas a estas iniciativas através de doações.


Além disso, atuamos provendo apoio, treinamento e orientação administrativa, técnica, legal e contábil aos idealizadores destas organizações, para que tenham uma gestão eficiente dos recursos captados e uma comunicação segura com seu público.


Junte-se a nós nesta missão. Juntos, podemos fazer a diferença.


 <https://oribel.org.br>

 (21) 9 7286-0452

 ASSOCIAÇÃO ORIBEL

 CONTATO@ORIBEL.ORG.BR

 @ORIBEL.ONG

 @ORIBEL.ONG
@ORIBEL.ONG.RIO

Ajude
NOSSOS PROJETOS
CHAVE PIX

Associação Oribel

